

DAS VÁRIAS LINGUAGENS DO PODER CONTEMPORÂNEO: FEMINISMOS, NEOLIBERALISMO E JORNALISMOS

FROM THE VARIOUS LANGUAGES OF CONTEMPORARY POWER: FEMINISMS, NEOLIBERALISM AND JOURNALISM

Juliana SOUZA*

Resumo: No presente artigo, busco problematizar a reflexão sobre os feminismos, tal como hoje se encontram organizados na economia neoliberal, na difusão de seus referenciais emancipatórios e na desconstrução das representações convencionais das mulheres. Procurarei identificar em que medida os feminismos e as identidades das mulheres vêm sendo (re)produzidas e reforçadas pelo discurso institucional. Em particular, esta análise permitir-nos-á também refletir como a “linguagem do pós-feminismo”, apropriada, sobretudo, pela mídia, pode ser observada e interpretada como um fenômeno social que envolve tanto as estruturas de poder como as lógicas identitárias de uma sociedade patriarcal de consumo.

Palavras-chave: Linguagem; Estudos das Mulheres e de Género; Identidades e Representações; Neoliberalismo; Discurso Mediático.

Abstract: In this article, I discuss the reflection on feminisms, as today are organized in neoliberal economics, in disseminating their emancipatory frameworks and in the deconstruction of conventional representations of women. I will seek to identify the extent to which feminism and women's identities are being (re)produced and reinforced by institutional discourse. In particular, this analysis allows us to also reflect how the "language of post-feminism", appropriate, especially by the media, can be observed and interpreted as a social phenomenon involving both power structures as the logical identity of a patriarchal society of consumption.

Keywords: Language; Women's and Gender Studies; Identities and Representations; Neoliberalism; Media Discourse.

Introdução

Como ponto de partida para um estudo da intervenção feminista como a que hoje conhecemos e debatemos se assume aqui de interesse essencial a compreensão de parte do processo de desenvolvimento das suas bases fundacionais nas últimas décadas. Um processo histórico que desde os seus primeiros referenciais busca, sobretudo, desocultar o cotidiano de opressão das mulheres e, assim, interromper a histórica tendência de cristalização das diferenças e de neutralização do potencial de resistência dos feminismos.

* Mestre em Jornalismo e Estudos Mediáticos/Universidade Nova de Lisboa – Portugal. Doutoranda – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra, Portugal. Este trabalho é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/72415/2010. E-mail: jmellosouza@gmail.com.

Esta abordagem, entretanto, conduz ao desenvolvimento de uma estrutura metodológica e epistemológica mais assertiva e pragmática em termos contextuais e discursivos, uma vez que, apesar de sua notória relevância para a problemática que aqui se lança, a extensão do tema e a complexidade do fenômeno nos permitem apenas revisitar e considerar os seus conceitos centrais, bem como o que deixa de herança enquanto “denúncia e luta contra as práticas sexistas” do jugo machista e do poder imanente, como definiu Maria Pintasilgo (apud VENTURA, 2012, p. 127).

Neste âmbito, ao inserirmos as discussões acerca dos feminismos e de sua intervenção e representação na sociedade, outros aspectos tornam-se centrais na perspectiva de análise deste trabalho, como as interlocuções que hoje são possíveis de se estabelecer por estes movimentos nas mais diversas práticas e construções sociais em torno do que significa ser mulher. Destaco duas pautas. A ação contra-hegemônica da resistência e da luta face à uma linguagem da invisibilidade (especialmente a mediática) é a primeira delas. Tal linguagem, assimilada e moldada por diferentes interesses econômicos e atendendo a “critérios específicos de relevância” (BIROLI, 2010, p. 47), gera um carácter simplificador e reducionista em torno do entendimento dos feminismos e, nesta senda, dilui as possibilidades de transgressão de fronteiras normativas, reforçando, assim, valores morais e condutas. Posteriormente, vem a questão da ressignificação do pensamento feminista empreendida pelas atuais políticas neoliberais que, em convergência com práticas e estratégias de ordenamento social, nomeadamente através da acumulação do capital, têm marginalizado o discurso da inclusão social (WALBY, 2011).

Estas duas evidências que elencamos podem ser observadas na atual representação das correntes feministas, o que acaba também por configurar o panorama dos feminismos que aqui procuraremos deslindar, com destaque para o legado de intervenção política da segunda onda dos feminismos, que acaba por ser transversal à temática aqui proposta. Permitimo-nos então discorrer um breve retrospecto inicial sobre estes feminismos pela significativa intervenção na verificação e na desconstrução das práticas sociais dominantes que regeram comportamentos, valores e ações nos mais diversos contextos culturais nas últimas décadas, criando, assim, novas perspectivas de mudança e também de questionamentos mais radicais. Em jeito de preâmbulo histórico, nos debruçaremos sobre como este impulso emancipatório da segunda onda contribuiu para a definição das futuras representações das mulheres, inclusive pela mediática, denunciando os estereótipos e os valores sexistas que, por via de regra, atuavam (e

ainda atuam) enquanto modelos de comportamento e referenciais identitários, os quais sempre foram obscurecidos e negligenciados do debate com o grande público.

De ontem pra hoje: os feminismos de outrora que se fazem dialogar agora

Ao evocar uma definição e/ou uma classificação dos feminismos, arrisco-me a possivelmente deparar-me com um léxico incompleto justamente por não contemplar, ou simplesmente reduzir, a abrangência e a multiplicidade de perspectivas e de olhares, de vozes, de práticas, de experiências e de subjetividades em que as mulheres (re)conheçam a sua identidade e a sua visibilidade, sobretudo quando estão imersas em um contexto ou um momento de opressão. Atenho-me, por ora, ao que Teresa Joaquim entende como a força de irrupção e de rompimento com uma histórica “visibilidade indiferente”, citando Jacques Rancière (1997), num “quadro de enunciação que [as mulheres] nunca criaram” (JOAQUIM, 2007, p. 204):

Porque os feminismos e os estudos sobre as mulheres são certamente também formas diversas de poder habitar a teoria e as práticas de outro modo. De reler as experiências múltiplas das mulheres, algumas na sua insignificância, dando-lhes sentido e daí possibilidades de vida, de serem passíveis de serem transmitidas como herança às gerações vindouras.

É então que os feminismos, termo que teria surgido somente no final do século XIX como um movimento social de caráter internacional, de acordo com Isabel do Carmo e Lígia Amâncio (2004), surgem aqui enquanto um frequente questionamento, mais do que propriamente responder às questões sobre as assimetrias do poder. É ousar romper com a “sociedade patriarcal e com estruturas sociais hierárquicas e sacralizadas” (CARMO; AMÂNCIO, 2004, p. 17). É um olhar paradoxal, como afirma Nancy Cott, citada por Joaquim no trabalho acima referido, sobre as relações humanas e os quadros de enunciação os quais as mulheres jamais foram chamadas a compor – o quadro de enunciação a que Joaquim já realçou. É pensar o político – muitas vezes sem saber que o faz – e, a partir deste prisma, pensar o cultural, o libidinal, o marginal, o *não-sentido* e o *não-lugar*, o lugar da subversão, numa constante incompletude. Neste processo de recusa da conformidade¹ ou, como Graça Capinha (1997) prefere designar, de “despoeticizar” o processo poético, os feminismos, num espaço de experimentação ou no espaço do *não-dito*, do *não-feito*, do *silenciado*, assumem a legitimidade ou o papel de agentes políticos ao trazerem um novo sentido à linguagem, sentido este que, com

contornos emancipatórios, desconstrói convenções e relações de poder, apontando a necessidade de o ser humano repensar a sua relação com os signos e com a comunicação, numa “irrupção de vozes diversas” (JOAQUIM, 2007, p. 206).

Nesta irrupção de vozes e de questionamentos, a denúncia sempre marcou o passo dos feminismos enquanto um movimento social que busca a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos ou, segundo as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, citada por Isabel Ventura (VENTURA, 2012, p. 127), os feminismos ainda são:

[...] a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas e hábitos e em muitos casos a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – e só por esta razão – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social.²

O conceito é polémico e sempre gerou controversa no seio da sociedade. Este movimento social – que “não é uma ideologia ou teoria claramente delimitada, como o marxismo, por exemplo, antes pode ser considerado uma estrutura básica de consciência” (LAMAS, 1995, p. 17 cit. CARVALHO et al, 2003, p. 31) – sempre suscitou reações adversas, seja pela “obstinada ignorância sobre o movimento” (CARMO; AMÂNCIO, 2004, p. 11), seja pela apropriação indevida do termo por parte da ideologia dominante que visa enfraquecer as forças de resistência ou, ainda, pelos próprios “conflitos quer com grupos opositores quer mesmo no seio do próprio movimento” (CARVALHO et al, 2003, p. 31).

Aprofundar a reflexão à volta dos feminismos enquanto teoria e movimento assume primordial relevo nos dias de hoje, diferentemente da ofensiva ideológica que o pós-feminismo da mídia, enquanto “sinônimo de uma representação neoliberal e individualista da mulher contemporânea” (MAGALHÃES, 2011, p. 71), largamente defende. Neste quadro de importância, assinalamos, por exemplo, o que diz respeito à atual conjuntura económico-financeira, em especial nos países semiperiféricos da Europa (intervencionados pela *troika*³), em que as desigualdades sociais tornam-se ainda mais evidentes no seio do cotidiano das mulheres, mesmo que omitidas pelo discurso institucional. Assim, as correntes feministas, bem como as suas redes e alianças transnacionais, são vitais para o questionamento das relações de poder e, nesta senda, para a implementação de políticas públicas, inclusive internacionais, que visem a erradicação desta realidade.

Depois de muitas décadas de luta emancipatória contra a subjugação endêmica das mulheres e de contestação a um sistema que sempre encontrou nos binarismos excludentes a mola propulsora da legitimação das relações desiguais de poder, os feminismos vêm-se colocados hoje em dia perante muitos desafios. O mais importante deles, talvez, seja a necessidade absoluta de continuar a provocar mudanças profundas no pensamento social e, paralelamente, de reavaliar as suas estratégias de atuação, sobretudo nos termos de inclusão dos direitos das mulheres tanto no conceito como nas políticas de desenvolvimento. Os debates feministas, neste sentido, inclusive os que contemplam os de caráter *mainstreaming social* (FERREIRA, 2004; FRASER, 2009) ou institucional (TAVARES, 2010), têm lutado para que sejam discutidas e diluídas as “estruturas sexuais e raciais de poder que continuam a obstruir de forma sistemática a cidadania das mulheres”, como afirma Carole PATEMAN (2010, p. 29). O intuito é que sejam incorporadas a perspectiva das mulheres e as suas necessidades e demandas específicas não apenas para que se faça justiça social, mas também para que as mulheres usufruam de sua cidadania plena e para que sejam partícipes ativas da agenda de desenvolvimento e de sustentabilidade nos mais diversos contextos culturais.

A realidade que se assiste é a de uma incompatibilidade premente e persistente das práticas sociais de dominação e de subordinação das mulheres com o avanço das reformas jurídicas e políticas (PATEMAN, 2010), mesmo constatando, como novamente chama a atenção Pateman, que houve, no último século, “muitas melhorias na posição social e econômica das mulheres e na sua situação política, jurídica e cívica desde 1908” (PATEMAN, 2010, p. 29). Nota-se claramente que se mantém um profundo contraste entre a garantia de sua cidadania plena – o que significa, em outros termos, a igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida política e social, para além da garantia dos direitos políticos e jurídicos, (PATEMAN, 2010, p. 30) – e a participação na vida pública e de representação social, bem como o seu papel no desenvolvimento econômico.

Muitas das principais alterações econômico-sociais decorrem do papel ativo das mulheres no mundo, as quais, mesmo historicamente marginalizadas e silenciadas dos debates sociais (EL YAMANI, 1998), são responsáveis por profundas modificações na sociedade patriarcal e nas suas estruturas sócio-econômicas (CARMO; AMÂNCIO, 2004), intervindo profundamente na inserção tanto de homens como de mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de poder. Por força dos vários movimentos reivindicatórios suscitados pelas mulheres desde a Revolução Industrial, contestando a vulnerabilidade econômica e social a que eram submetidas, à segunda onda marcada

pelo rearranjo político e econômico avançado pelo capitalismo organizado pelo Estado (FRASER, 2009) ou à globalização contemporânea dos pós-feminismos, a atuação das mulheres tem sido tão marcante a tal ponto de transformar toda uma estrutura produtiva.

No entanto, por todo o mundo, as mulheres ainda confrontam-se com uma série de problemas culturalmente muito específicos no que se refere à uma participação menos inferior e discriminatória e, em contrapartida, mais efetiva na igualdade de oportunidades e no processo desenvolvimentista. Se, por um lado, elas contribuem para esta escalada de desenvolvimento, por outro, são as mais afetadas pelo próprio sistema. É de assinalar que são elas, em pé de igualdade com outros referenciais interseccionais, como a pobreza e a etnia, que sofrem as agruras e os impactos deste “progresso”. O que se nota, por exemplo, é que paralelamente às mudanças, que não são necessariamente progressos, mantiveram-se as suas relações assimétricas⁴. A pobreza, a precariedade e a marginalização em relação às instituições de poder político, à transmissão do conhecimento e à formação profissional (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 145) em muitas sociedades (a muçulmana é uma delas), bem como a queda na taxa de fertilidade (KARAMESSIMI; RUBERY, 2014) em países desenvolvidos e o agravamento dos padrões segregativos no plano profissional (CASACA, 2012; FERREIRA, 2014) são consequências diretas disso. Uma realidade que coloca em causa a “independência econômica e simbólica das mulheres e potencia o risco de retrocesso no percurso de modernização das relações de gênero” (CASACA, 2012, p. 02).

Ora, se o peso relativo das mulheres tanto no mercado de trabalho como na própria evolução econômica tende a ser superior ao dos homens, se desempenham funções (feminizadas ou não) que se traduzem em desenvolvimento, não se justificaria ainda ver presente e latente este contraste. Isso principalmente quando relativizado com a falta de acesso à cidadania plena, o grau de inferioridade política e pública, bem como a remanescente dependência, ainda profundamente essencializada em referenciais ontológicos, entre as duas esferas laborais: a familiar e a do trabalho não-circunscrito ao ambiente doméstico – o que igualmente contribuiria para a invisibilidade do trabalho feminino doméstico. Ou ainda a inserção precária de uma parte substancial e crescente da população jovem feminina na esfera laboral, o aumento do fluxo migratório de mulheres, a precarização das relações e vínculos laborais (BOULD; CASACA, 2012), as diferenças salariais entre os sexos, o nível crescente de desemprego e de empobrecimento e a dificuldade acrescida de enfrentamento desta inerente exclusão dos processos de globalização e de liberalização econômica, e tantos outros denominadores comuns compõem toda uma problemática de assimetria de gênero em nível mundial.

Reforça este quadro espiral de deterioração das condições socioeconômicas das mulheres em diversas sociedades, sobretudo nos países que compõem o chamado Sul Global e o Médio Oriente, outros importantes elementos de constatação das desigualdades de oportunidades nos termos do gênero, como a (MGF)⁵ Mutilação Genital Feminina (BRANCO, 2006; MARTINGO, 2007), o casamento forçado⁶, o abuso sexual, a violação enquanto arma de guerra e a violência doméstica. São embates político-culturais que ainda se mantêm, contribuindo, assim, para que se acentue e se sedimente a representação parcial e assimétrica das mulheres no espaço público⁷, reforçando, portanto, as já históricas assimetrias de poder. Uma realidade que, por sua vez, se lança enquanto um obstáculo ao alcance da igualdade de gênero.

Dentro dessa perspectiva, e justamente pela condição remanescente de desigualdade com que as mulheres são confrontadas nas sociedades, é que assumir os feminismos enquanto ponto de partida para práticas desconstrutoras, mais especificamente, como um mecanismo de intervenção dos sujeitos nas relações e na vida social, tem sido condição fundamental para propor e para assumir novos modelos de desenvolvimento. É no sentido de uma maior intervenção que os feminismos, recuperando a sua promessa emancipatória, retomam a sua importância para contrariar *backlashes* numa altura de graves fissuras político-econômicas, em parte fortalecidas pelo momento de crise econômica e pela desregulamentação/liberalização do mercado financeiro (ABREU et al, 2013) pois, como corrobora Maria de Lourdes Pintasilgo, novas fronteiras são erguidas na atualidade, tornando “a opressão cada vez mais forte, porque cada vez mais mimética, cada vez mais moldada pelas instituições patriarcais [...] porque cada vez mais só aparentemente livres” (PINTASILGO, 2007, p. 443).

É então que a importância de se contemplar tais mecanismos de controle político-econômico no debate das novas correntes feministas se comprova pela própria natureza e dinâmicas da cultura política das sociedades capitalistas contemporâneas que, marcadamente patriarcais e androcêntricas em sua base fundacional, (re)produzem uma estrutura genderizada nas suas raízes e nas suas consequências (WALBY, 2009). Isso porque, como apontam Lina Gálvez MUÑOZ e Paula Rodríguez MADROÑO no artigo “La desigualdade de género en las crisis económicas”, de 2012, as mulheres se encontram diferentemente posicionadas no acesso aos recursos econômicos (2011, p. 01). Esta diferenciação de gênero nas hierarquias dos poderes econômico, político, social, cultural e simbólico traduz-se em uma significativa acentuação da vulnerabilidade a que as mulheres estão historicamente submetidas e, assim, de uma

limitação das práticas democráticas, nas quais as vozes de insurgência dos feminismos são constantemente reprimidas.

No capitalismo neoliberal tal como hoje o conhecemos, uma das formas mais eficazes de repressão e de obscurecimento das forças reivindicatórias dos feminismos é a consolidação de uma narrativa, junto à opinião pública, de desintegração e de enfraquecimento do seu poder de resistência, atraindo os sujeitos, sobretudo as mulheres, para dois extremos do espectro social: em um extremo, o quadro de ressignificação dos feminismos, adaptado pela *agenda* neoliberal e caracterizado por preceitos equivocados de um assistencialismo de intervenção social; no outro, a tentativa ininterrupta de depreciação das correntes feministas, que ao não compactuarem com as práticas de ajustes estruturais dos Estados e com as políticas “familiaristas” e assistencialistas de submissão dos direitos individuais a um modelo familiar patriarcal, genderizadas em sua essência, são marginalizadas do discurso institucional.

E é justamente aqui, no esforço institucional de marginalização dos feminismos, irrompendo resistências nos sujeitos em relação às forças motrizes de contestação social, que reside o desafio de se repensar as novas estratégias de atuação para os feminismos dos dias de hoje, sobretudo quando introduzimos a perspectiva da linguagem institucional do poder, nomeadamente dos meios comunicacionais, no debate em questão. Entretanto, por contraste, estes dois desafios também trazem à ordem do dia a incontestável importância de se aplicar uma linguagem política não apenas na *agenda* feminista, mas também em outras instâncias do poder, como a narrativa midiática, ampliando, assim, a capacidade de interrogação e de mobilização das teorias e das práticas feministas nas mais diversas conjunturas.

Os feminismos, este movimento contracultural radical que conduziu muitas das sociedades ocidentais à profundas mudanças a partir dos anos seguintes à Segunda Guerra, um movimento centrado sobretudo no domínio da sexualidade, mas também na autonomia do sujeito-mulher e na sua liberdade de escolha (TAVARES, 2010), tem acompanhado a história recente do capitalismo, reorientando as suas ações emancipatórias à uma ininterrupta crítica estrutural deste sistema, uma vez que, como entendem muitas das feministas, é a partir deste sistema, o capitalista, que se fez consolidar as injustiças de gênero em todas as esferas sociais.

Ter em consideração o exercício de entrelaçamento das questões que envolvem a evolução dos feminismos a partir da segunda onda valoriza a perspectiva que aqui é lançada em torno dos desafios e das interrogações que são postas hoje sobre as correntes feministas. Este exercício, por sua vez, como praticam as teorias feministas pós-

coloniais e a economia feminista – e que fundamentou as práticas emancipatórias desde há quase seis décadas – não deve desconsiderar o questionamento em torno do capitalismo enquanto sistema econômico que (re)produz as desigualdades de gênero nas hierarquias dos diversos poderes e acentua os efeitos de vulnerabilidade socioeconômica a que as mulheres estão sujeitas. Tal exercício também lança pistas para uma reorganização e para uma reconfiguração das suas ações tendo em conta as idiossincrasias inerentes aos feminismos e às diferentes vivências e experiências das mulheres, mas, sobretudo, às novas demandas de trabalho no terreno, hoje particularmente diferentes quando comparado com o de décadas atrás.

Essa importância se justifica pois, como já dito, o ativismo feminista que hoje conhecemos, apesar de esfumado por influência das ações neoliberais de repressão de “toda a memória de igualitarismo social” (FRASER, 2009), tem no seu percurso de grandes práticas democráticas um amplo vínculo com as transformações político-econômicas. Tanto que os primórdios do movimento, como lembra Nancy Fraser (2009), se dá no momento em que o capitalismo se rearranja, numa altura em que a autora denomina de “capitalismo organizado pelo Estado”⁸. Neste momento histórico em concreto, como explica Fraser, a força reivindicatória dos feminismos da segunda onda passa a operar num contexto de forte intervenção do Estado na economia e, assim, se convergir, principalmente, para o questionamento radical a um sistema de profunda raiz androcêntrica e opressora, programado para conduzir estas “sociedades capitalistas lideradas pelo Estado no pós-guerra” (FRASER, 2009, p. 12). É então que desde os anos posteriores a 1945, que coincidiram com o reordenamento econômico e social do pós-guerra, sobretudo dos Estados-membros da OCDE⁹ – a partir de práticas interventivas de condução das suas economias nacionais (FRASER, 2009) profundamente marcadas pelo gênero –, que os movimentos feministas se organizam e atuam com vistas a transformar o estatuto social das mulheres.

Neste contexto, Fraser defende que a transição do capitalismo organizado pelo Estado para uma nova variante, a do neoliberalismo, viria alterar drasticamente o terreno onde os feminismos da segunda onda operavam, criando novas valências de contestação e provocando algumas das fissuras sentidas até os dias de hoje. Isso porque o espírito de contestação frente as injustiças sociais dilui-se em outras aspirações – muito em parte devido à própria fragmentação ideológica pelo qual os feminismos passaram –, contribuindo, futuramente, para um entendimento fragmentado e obtuso dos feminismos. É então que, neste período de transição, as reivindicações assumem outros contornos, transformando-se em uma variante da política de identidade: de justiça social

passa a ser de reconhecimento da identidade e da diferença (FRASER, 2009, p. 23). A esta tomada de posição veio dar azo ao entendimento dos feminismos enquanto uma crítica cultural, em que se verificou então uma subestimação da importância de se manter, ou até mesmo de se contemplar, o debate em torno das lutas socioeconômicas até então empreendidas, secundarizando, assim, a forte crítica ao capitalismo.

Com esta mudança de enfoque operacional dos feminismos e da consequente fragmentação organizacional, então direcionada às políticas de identidade, seriam sentidos alguns efeitos que, como acima mencionado, reverberariam na visibilidade pública dos feminismos atuais. Este neoliberalismo em ascensão, impulsionado pela ampla desvinculação do Estado às políticas de bem-estar social, valeu-se das cisões e rupturas dos feminismos em suas novas teorias culturais de reconhecimento para atraí-los, impulsionando-os para a participação à uma nova configuração, a de uma *agenda* neoliberal. Como consequência, afirma Fraser (2009, p. 24), ao se distanciarem da crítica do capitalismo, tais tendências tornaram-se mais vulneráveis e disponíveis “para articulações alternativas [...] e poderiam ser reduzidas [...] a ‘uma conexão perigosa’ com o neoliberalismo”.

As articulações perigosas de um neoliberalismo em nítida ascensão a que Fraser se refere, ao mesmo tempo em que criavam os mecanismos necessários para atribuir novos significados e sentidos para as correntes feministas, como, a título exemplificativo, os ideais individualistas, continha e reprimia as práticas democráticas, ou o que a autora chamou de “memória de igualitarismo social”. Em outros termos, para “vigiar e punir” – apropriando-me aqui da expressão cunhada por Michel Foucault –, conforme a crítica feminista diluía-se e minimizava os efeitos da não incorporação de um paradigma mais amplo por parte dos movimentos, que contemplasse tanto a crítica à economia política (na qual dedicavam-se desde os primórdios da segunda onda) como as novas aspirações em torno do “reconhecimento da identidade e da diferença”, o ofuscamento e a repressão da recente história de luta emancipatória dos ativismos feministas ganharam terreno e tornaram-se um mecanismo eficaz neste novo processo de ofensiva ideológica e de “ressignificação dos feminismos” (FRASER, 2009).

Importa aqui referir que o processo em que se verifica a resignificação das dinâmicas sociais dos movimentos, nos termos neoliberais – em torno de fragmentações subjacentes à toda a multiplicidade e diversidade de aspirações –, e que coincide com um período de forte clivagem na condução política deste novo sistema econômico, estaria profundamente vinculado a um outro desdobramento do capitalismo. Citando a obra de Luc Boltanski e Ève Chiapello, *The New Spirit of Capitalism* (2005), Fraser

aprofunda as suas reflexões em torno das sequelas sentidas pelas mudanças aspiracionais dos feminismos nas décadas de 80 e 90 e atribui a um certo “oportunismo” do capitalismo, nos momentos de ruptura histórica, a ofensiva ideológica e a ressignificação dos movimentos emancipatórios, especialmente os feminismos.

Ao apropriar-se do termo “o novo espírito do capitalismo”, de Boltanski e Chiapello, Fraser explica que a cada momento de ruptura histórica em uma sociedade, o sistema político-econômico busca artifícios que possibilitem a sua nova adaptação por meio de novas “roupagens”, e, assim, a sua legitimação junto à sociedade. Um destes mecanismos, como explicam os autores, é a recuperação das “tendências de crítica dirigidas contra ele”, normalmente centradas nas críticas anticapitalistas. De seguida, tais tendências são ressignificadas de acordo com os seus referenciais ideológicos e as suas novas aspirações, e, assim, ser justificada a importância deste “novo” sistema – mais robusto e agora refeito do que consideram os seus aspectos negativos –, para a manutenção do *status quo*. O resultado é uma nova narrativa das benesses do capitalismo com vistas à manutenção de uma estrutura voltada à “acumulação infinita”, justificada pelo “capitalismo flexível” que agora se apresenta. O argumento de Fraser reforça esta astúcia do neoliberalismo:

[...] elementos da crítica anticapitalista são ressignificados para legitimar uma forma nova e emergente de capitalismo, que assim se torna dotada da mais alta significação moral necessária para motivar novas gerações a arcar com o trabalho inerentemente sem sentido de acumulação infinita (FRASER, 2009, p. 24).

Igualmente importante é perceber que esta perspectiva neoliberal e androcêntrica vem com aspirações ainda mais interventivas, sobretudo porque surge para consolidar um outro discurso, ainda mais amplo, mas que agora contempla o seu próprio sistema: devido à esta eficaz astúcia de ressignificação dos sentidos em benefício próprio, o neoliberalismo passou a (re)produzir um ambivalente¹⁰ enfrentamento ideológico. Neste embate, sobressai o falso ideário de uma (certa) autonomia dos sujeitos no livre mercado, de criatividade individual em detrimento das “hierarquias organizacionais rígidas” da cultura corporativa¹¹; numa contra-resposta oportunamente adaptada ao que já foi em muito criticado pelos movimentos contraculturais das décadas de 60 e 70 do século XX.

Para explicar como os desdobramentos deste processo se dão com tamanha eficácia, Fraser, introduzindo aqui as questões de gênero no enquadramento do tema, argumenta que a falsa ideia de autonomia dos sujeitos, num cenário que passa então a

contemplar, por exemplo, a família de dois assalariados (*dual breadwinner*), abdicando, assim, “de uma vez por todas [d]o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado” (FRASER, 2009, p. 25), se legitima com a falsa narrativa de um capitalismo mais flexível e mais contemplativo, para além de transnacional. Esta ofensiva ideológica ambivalente adquire particular projeção quando temos em conta a ideia equivocada de inclusão de muitos dos aspectos até então questionados pelos feminismos, como os objetivos de igualdade de gênero. Nesta senda, a maior representação das mulheres no mercado de trabalho e em posições de poder, bem como na tomada de decisões e na concatenação de políticas públicas que se aproximem mais da realidade das mulheres no que toca às oportunidades também são incluídas neste discurso, “uma nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero” (FRASER (2009, p. 25).

Se bem é certo que o “novo espírito do capitalismo” se renova e se legitima a partir deste pretensão ideário de reconhecimento e de inclusão do potencial dos sujeitos, o que de fato se evidencia é uma realidade profundamente marcada pela iniquidade de gênero e pelas desigualdades sócio-laborais, em que se propaga, mas ao mesmo tempo silencia, a sua estrutura genderizada de opressão e de aguda vulnerabilidade das mulheres. É então que nos deparamos com a hipótese inicialmente aqui lançada de que o discurso institucional, ao consagrar o ideário de um capitalismo flexível e inclusivo, invalida, junto aos sujeitos, a importância do recurso às práticas democráticas e contestatárias na tomada de decisões, buscando convencê-los da inutilidade destas ações de embate, já que o cenário de reivindicações, como defendem, caiu em desuso. Reforça também a evidência de como se perfaz uma forte resistência, por parte dos/as formadores/as de opinião pública, quanto à importância de se introduzir a perspectiva de gênero neste debate e de como esta nova configuração das relações político-sociais e os seus discursos contribuem para a ideia ofuscada e estereotipada dos feminismos.

Logo, a resposta do capitalismo neoliberal às demandas sociais ao longo das últimas décadas não constituiu, de todo, uma evolução significativa nas questões de políticas de igualdade, pois, como a realidade contrariamente evidencia, não tem garantido melhores condições de vida a muitos dos grupos ditos “minoritários”, como as mulheres, antes a agrava. Nem promove a abertura do debate em torno desta problemática. Pelo contrário, o silencia. Assim, nestes termos, ao marginalizarmos a problematização e a discussão em torno da crítica à economia política sob uma perspectiva feminista de igualitarismo social consolidamos, por sua vez, o discurso ressignificado do neoliberalismo e dos próprios feminismos (segundo a ótica

neoliberalista dos dias de hoje), bem como da institucional ideia de cumpridos os objetivos propostos pelas ondas anteriores, sendo desnecessária, portanto, a continuação da luta feminista (FALUDI, 1993; MCROBBIE, 2011).

Um novo olhar sobre os feminismos

Sobre a questão da ressignificação do pensamento feminista empreendida pelas atuais políticas neoliberais, suscitando a necessidade de uma concisa reavaliação estratégica das ações emancipatórias dos movimentos feministas, Sylvia Walby também dispõe de ideias importantes para o debate em questão. Com inflexões em torno das dinâmicas e dos ideais que dificultam verdadeiros percursos emancipatórios das mulheres, Walby aponta para alguns aspectos relevantes do processo de ressignificação pelo qual estes movimentos têm passado e que nos podem servir para avançar à uma melhor compreensão da ofensiva ideológica sobre os feminismos por parte do discurso institucional, sobretudo o midiático. Ainda sobre esta questão, a socióloga Gaye Tuchman (2009) atribui a esta ofensiva ideológica o processo de “aniquilação simbólica” orquestrado pela mídia, em que ao limitar as “possibilidades inerentes às vidas das mulheres”, desencoraja-as do processo de empoderamento e incentiva-as a “adotar visões estereotipadas do potencial individual e coletivo das mulheres” (TUCHMAN, 2009, p. 16).

Para abrir o debate em torno dos desafios que emergem desta nova configuração socioeconômica, Sylvia Walby, na obra *The Future of Feminism* (2011), inicialmente destaca a importância de situar e de caracterizar os feminismos nos dias de hoje, nos seus plurais regimes de gênero, identificando as suas correntes ativistas, bem como as suas potencialidades e até mesmo as suas possíveis incongruências e limitações. Sinaliza também a necessidade de uma avaliação criteriosa e justa do nível de comprometimento e de engajamento dos feminismos frente aos mais diversos estratos sociológicos de mulheres, bem como dos diversos níveis de desigualdade social e de gênero com que as mulheres hoje são confrontadas. Para além deste enquadramento diferenciado e culturalmente valorativo dos muitos objetivos e posicionamentos políticos inerentes aos feminismos atuais que propõe Walby, há que se enfrentar esta que representa a força oposta aos movimentos de emancipação das mulheres: a drástica resistência do discurso institucional à desconstrução dos estereótipos historicamente construídos em torno deste movimento. Uma resistência que, como aqui discutido, prima pelo reducionismo e pela minimização das ações feministas.

As consequências de se considerar que os feminismos já caíram em desuso ou que, mais sensivelmente, vivemos uma era de pós-feminismos (WALBY, 2011; MCROBBIE, 2011; FRASER, 2009; SCOTT, 1999) sob moldes neoliberais, tendo já cessado a “promessa emancipatória fundamental do movimento com seu sentimento expandido de injustiça e a sua crítica estrutural da sociedade” (FRASER, 2009, p. 12), atingem de modo particular todo o processo de progresso emancipatório das mulheres nas mais diversas sociedades e estratos sociais. Atingem, sobremaneira, os “lugares de contestação” (SPIVAK, 1987; hooks, 2000) e de reivindicação das alternativas às práticas naturalizadas de desigualdade de gênero, como os movimentos sociais, enfraquecendo, assim, a sua evolução e a sua inerente voz de insurgência. Daí a importância de problematizar as versões neoliberais dos feminismos, sobretudo as que integram o discurso da mídia, já que, na opinião da já citada Gaye Tuchman, da qual partilho, o modelo neoliberal se ocupa de uma “visão do feminismo como luta pelos direitos individuais das mulheres, em oposição aos direitos humanos de todas as mulheres” (TUCHMAN, 2009, p. 16-17). O que nos auxiliaria a melhor compreender porque a representação das mulheres, como novamente se posiciona Tuchman, se faz parecer tão irrelevante para a mídia.

Desde o advento dos estudos feministas, dos estudos das mulheres e dos estudos de gênero, sobretudo a partir das contribuições teórico-analíticas da segunda onda dos feminismos, como já referido, a representação social dos feminismos, a partir dos quais a linguagem das várias instâncias do poder (inclusive a midiática) lança o seu olhar, caminha para uma construção narrativa profundamente marcada por estereótipos e valores sexistas às mulheres. Ao compreendermos a representação social das mulheres e dos feminismos não como manifestações isoladas das relações hegemônicas de poder, mas como parte de um mesmo processo de constituição social, como Myriame El Yamani defende através dos mecanismos de atuação da corrente teórica da sociologia das mulheres, agregamos valor às nossas discussões em torno da necessidade de problematizar os feminismos e as suas representações sociais de forma situada. E, neste exercício, através da compreensão das suas manifestações, das suas práticas e dos seus significados simbólicos, pensar que esses significados são reconfigurados quando transportados para outros contextos, outras práticas, outras relações de poder.

É preciso então ter em conta que o processo de reconfiguração dos significados simbólicos em torno dos feminismos, por parte do discurso institucional, ajuda a consolidar as relações hegemônicas de poder e, por sua vez, a definir as relações identitárias de gênero e as posições-de-sujeito na sociedade. Portanto, discutir o

processo de ressignificação dos feminismos a partir das relações de poder nas sociedades, em distintos contextos culturais, dá-nos a amplitude e a complexidade das relações de gênero que se formam a partir do poder regulador da linguagem. Hipóteses que nos levam a atribuir ao discurso midiático, mais uma vez, uma parcela de responsabilidade neste processo de organização social. É novamente em Sylvia WALBY (2011, p. 03) que encontramos uma forte contestação:

The term ‘feminist’ is contentious – indeed even stigmatised. ‘Feminism’ is a signifier of something very particular and comes with additional meaning attached, which many seek to avoid [...] This narrowing of the term is partly a product of a hostile opposition, in which feminism is caricatured and ridiculed in segments of media.

Como sublinha a este propósito Joan W. Scott (1999), outra figura emblemática no campo sociológico dos estudos feministas, as formas pelas quais as sociedades representam o gênero e o utilizam para articularem as regras das relações sociais ou para atribuir sentido às experiências passam necessariamente pela linguagem. Centrais na perspectiva feminista de Scott, que questiona, com bases foucaultianas, a naturalização da diferença sexual nas práticas sociais, são as instituições e estruturas econômicas que reproduzem rituais, constituem relacionamentos sociais e conferem à linguagem o estatuto de regulador das formas convencionais de representação. Nas palavras da autora, parafraseando Michel Foucault, “[...] knowledge is a way of ordering the world, as such it is not prior to social organization, it is inseparable from social organization” (SCOTT, 1999, p. 02).

Este compromisso comum na/da grande imprensa, de eleger os termos em que os referenciais identitários em torno da construção linguística dos feminismos se darão, (re)orientando os sujeitos na definição destes referenciais de cariz emancipatório, nos auxilia a melhor compreender porque obscurecer os ideais de mudanças sócio-político-culturais impulsionados e empreendidos pelos feminismos, seja qual regime de gênero for, é uma constante. Todas as críticas e a (re)produção de um discurso de julgamento e de eleição de uma heteronormatividade compulsória (BUTLER, 1999), tão abrangente e impositivo, que recaem sobre os feminismos fazem parte de um processo de organização político-social que visa minimizar e silenciar os discursos que questionem estas bases patriarcais e neoliberais de ordenamento social.

Ora, se analisarmos os feminismos enquanto um projecto político (van ZONEN, 2000) de crítica e de intervenção social, criando mediações que articulem a política com os interesses dos cidadãos, como propõe a sociologia das mulheres (EL

YAMANI, 1998), e não apenas como um movimento contracultural radical com um determinado recorte temporal – que tem na segunda onda o seu ponto final –, tem de ser também reconhecidos como uma luta contínua contra a base patriarcal. Logo, as questões em torno da linguagem (midiática), sobretudo enquanto instrumento regulador e de controle social (BORDO, 1993), apresentam-se, então, como determinantes pela correspondência direta e ontologicamente valorativa que empreende ao se referir aos feminismos enquanto uma prática de luta em oposição à feminilidade, carregada de estereótipos, fragmentando-os e silenciando a sua voz de resistência.

Para a mídia e, por conseguinte, para as mulheres, esta controversa correspondência implica, por inerência, noções sexistas de que os feminismos, pelas razões que anteriormente explicamos, tais como a sua ressignificação por parte das políticas neoliberais dos últimos 50 anos, bem como a sua fragmentação política e clivagem ideológica, “both a cause and a consequence of multitudinous developments in feminist theory” (van ZOONEN, 2000), ainda não são vistos como um movimento unificado de luta pela emancipação das mulheres nas mais diversas sociedades, mas sim como um movimento de transgressão das normas sociais.

Os conteúdos midiáticos, na sua atividade cotidiana de simbolizar ou caracterizar um fenômeno social ou cultural (MAGALHÃES, 2011), onde o meio é a mensagem, como antevia McLuhan (2001), faz uma descrição condicionada da realidade – pelos valores político-econômicos em voga (LEMIEUX, 2000) – a fim de garantir a continuidade de todo um sistema social, essencialmente patriarcal. Se a mídia faz uma leitura parcial da realidade, como enfatizam Marta Arús et al (2000), os grupos tidos como “minoritários”, que compõem um quadro de exclusão, como as mulheres, não estão imunes desta representação parcial. Isso se dá quando não se contemplam as manifestações e os desdobramentos sociais como um todo, onde muitas vezes se recorre à distorção, à manipulação e ao desfoque das formas de resistência concretas que lhe são incompatíveis para que, ao deslegitimá-las, favoreça outros tipos de interesses.

O que se evidencia, no caso concreto das mulheres, é a (re)produção de imagens distorcidas, que nem sempre se revelam precisas, num processo lucrativo de criação de papéis sociais (e de sua respectiva circunscrição), largamente estimulados, como afirmam Macedo e Amaral, pelas “representações ideológicas de feminilidade em termos da articulação da produção e consumo capitalistas” (2005, p. 165). As revistas de estilo de vida (GILL, 2007) dirigidas ao público dito “feminino” são exemplos notórios deste processo de manipulação semiótica e discursiva na representação das mulheres. Importa referir que a linguagem do consumo, que aqui assume notória

importância na construção da subjetividade (e) da feminilidade, representa, em especial na problemática de Michel Foucault, uma das representações de poder.

Dos conteúdos midiáticos, vemos emergir mecanismos discursivos que orientam as leitoras/(tele)expectadoras para práticas de consumo e de representações de sujeito que são, por via de regra, incompatíveis com os propósitos feministas de representação das mulheres. Ora, tratam-se de representações que reforçam o estatuto social inferior das mulheres em muitos dos espectros da vida social. Sue Thornham contribui para este nosso argumento acerca do poder interventivo dos “media images as distortions”, uma vez que atuam, segundo a autora, enquanto “inaccurate stereotypes that damage women’s self-perceptions and limit social roles” (2007, p. 23). O que Thornham qualifica como um efeito altamente nocivo da distorção imagética das mulheres na mídia em todo o processo de construção da subjetividade, para este artigo se apresenta como convergente com o ideal socialmente construído de feminilidade. Transversal neste panorama de discussão, o conceito de feminilidade assume aqui considerável importância ao atuar enquanto uma prática construtora de comportamentos, os quais, consolidados pela legitimidade socialmente atribuída à mídia, regem a estrutura social, estimulando usos e desusos de arquétipos de *ser* mulher.

Portanto, a representação parcial e patriarcal das mulheres perspectiva-se para os estudos midiáticos feministas como conceito *sine qua non* em toda a sua crítica e na luta pelo debate em torno desta opressão pela objetivação das mulheres. Sobretudo porque tal representação vem contribuir para uma subordinação histórica e que ainda hoje aponta denominadores comuns com o que Betty Friedan há mais de cinco décadas questionava em *The Feminine Mystique* (1962), especialmente no que diz respeito à fixação de papéis essencialmente circunscritos a referenciais essencializados e a consequente marginalização do debate público.

Partindo-se então do pressuposto de que os feminismos emergem enquanto um movimento político transformador, um exemplo de atividade de contra-públicos, muitas de suas propostas podem ser úteis para pensar e veicular uma representação simétrica e efetiva das mulheres fora dos espaços circunscritos ao seu quadro ideológico e, assim, possa também contemplar e alcançar o grande público, contribuindo para a formação de uma cultura de resistência e de intervenção social, especialmente através dos *mass media*. Sobre esta possibilidade, a de recorrer aos meios de comunicação social para dar uma real visibilidade às mulheres, como já temos vindo aqui a discorrer acerca da ofensiva ideológica da mídia contra os movimentos emancipatórios, a realidade se mostra adversa frente aos objetivos tanto de participar da cultura jornalística

(GALLEGO, 2004) como de “infiltrar” as estruturas de poder que detêm os meios oficiais de informação com temas que se encontram “à margem”.

Antever e idealizar esta possibilidade, de se fazer contemplar a temática dos feminismos nos meios de comunicação social, sobretudo as propostas feministas direcionadas às políticas de identidade, em muito contribuiria para a desconstrução de referenciais identitários que a mídia constantemente consolida, como as construções dicotômicas em torno dos diferentes sexos. De facto, e como declina Nancy Fraser, já citada, amparar-se no discurso mediático também para fazer emergir e, assim, trazer ao debate público questões até então (des)politizadas pelo discurso institucional, como a construção de novos opostos e a diluição de muitas das diferenças, contribui tanto para a desmitificação dos feminismos como para a criação de novos discursos públicos, novos espaços que possibilitam a inscrição de múltiplas identidades. Esta relação descentralizaria, como reforça Fraser, muitas das relações de poder, especialmente os espaços hegemonicamente ocupados pelos principais agentes da informação, e contribuiria para desfocar e deslocar elementos hegemônicos dos meios de interpretação e de comunicação (FRASER, 1989 apud SILVEIRINHA, 2001).

Nesse sentido, portanto, os meios de comunicação social tornam-se fundamentais à medida que ampliam as condições para a possibilidade de se instaurar o debate crítico sobre o que significa *ser* mulher à luz de várias dimensões, como, por exemplo, enquanto cidadã/os e não enquanto consumidoras/es. Cria, através de meios de informação crítica que operem fora do Estado e da economia oficial (SILVEIRINHA, 2001), condições para a instauração de políticas mais participativas nas quais sintam-se efetivamente representadas/os.

É então que se faz urgente, como propõe Myriame El Yamani (1998), que as mulheres se apropriem de um discurso próprio e alternativo, tanto generalista como especializado, e que façam parte, por definitivo, do processo de (re)produção da informação nas suas sociedades, nos mais distintos contextos culturais, para que, assim, passem a ser mais sujeitos do que objetos da informação midiática. Em convergência com El Yamani, estão Juana Gallego (2004) e Elisabeth van Zoonen (2000) ao colocarem em relevo quão importante é para a multiplicidade de debates que haja uma reinscrição da dinâmica social a partir da perspectiva das mulheres e, se possível, feminista, pois, como enfatiza novamente El Yamani (1998, p. 15), “la lecture féministe de la réalité détecte les oppressions quelles qu’elles soient”, visando uma quebra de paradigmas e uma reflexão em torno da necessidade de transformação do estatuto social das mulheres.

Da desconstrução para o concreto: considerações finais

Contrariamente ao que o discurso institucional, de forma recorrente, tenta fixar enquanto regra máxima, e apesar das muitas limitações sofridas pelos movimentos sociais, o debate acerca dos feminismos enquanto uma prática possível de transgressões de fronteiras normativas têm-se afirmado no cenário mundial em diversos projetos, com amplas discussões e importantes ações em esferas onde se verifica uma naturalização recorrente das relações de gênero, que vão desde a sub-representação das mulheres, tanto nos espaços essencialmente circunscritos à casa (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 145) como na esfera pública, ao próprio sistema que legitima esta marginalização, numa tentativa constante de ruptura com a lógica de integração assimétrica de homens e de mulheres nos mais diversos contextos culturais.

Muito embora os esforços neoliberais se concentrem no enfraquecimento das forças de resistência, a expansão dos contributos dos estudos feministas e dos estudos das mulheres ao conjunto de mudanças sociopolíticas tem possibilitado abordagens que primam pela reconfiguração do poder político. Assim, tem possibilitado também o rompimento com uma certa continuidade de subversão a um regime que preza pelo “estado de exceção” (ABREU et al, 2013), refutando a ideia de que os feminismos carregam consigo um estatuto marginal e de inexpressividade, considerando-os, nesta senda, enquanto uma prática de erupção de alternativas frente aos novos desafios.

Desafios estes que implicam, por sua vez, novas teorizações, além de discussões mais alargadas e aprofundadas em torno da aplicabilidade das perspectivas de gênero na atualidade e, igualmente, a viabilização de novos discursos, inclusive no âmbito das narrativas midiáticas, que contemplem os feminismos enquanto prática constante de intervenção social. Sobre este último aspecto, há de se considerar que outro grande desafio dos movimentos, como já referimos, é o de desmistificar o histórico paradoxo construído em torno do expressivo papel de intervenção dos feminismos que desempenha e que permanece num nítido contraste com a sua compreensão e assimilação desfocada pelos sujeitos (FRASER, 2009).

Como já vimos, esta avaliação obtusa decorre, por um lado, pelas reações adversas, seja pela “obstinada ignorância sobre o movimento” (CARMO; AMÂNCIO, 2004), seja pela apropriação indevida do termo por parte da ideologia dominante; e por outro, pela capacidade de silenciamento, por parte da cultura institucional, dos discursos e das vozes fraturantes, projetando-as enquanto ideários desnecessários e que já caíram

em desuso (MCROBBIE, 2011). É então que a mudança de *mentalités*, como sugere Fraser, surge enquanto uma via expressiva de transformação estrutural, inclusive em nível institucional, já que, como afirma a autora, “a segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional” (2009, p. 13). Daí a importância de meios e de espaços discursivos alternativos que ajudem a inscrever os feminismos nas narrativas culturais, já que o midiático por diversas vezes bloqueia a possibilidade de debate.

Muito embora o entendimento acerca dos feminismos por parte da sociedade ainda seja difuso e complexo, muitos são os avanços tidos. Nancy Fraser é contundente ao enumerá-los e ao afirmar que uma parte significativa das ações empreendidas pelo movimento, tidas, décadas atrás, como polêmicas e infundadas, hoje, devidamente contextualizadas e melhor “compreendidas na prática”, assumem-se enquanto fundamentais para o processo de mudança social. Isso porque, ainda de acordo com a autora, os “ideais feministas de igualdade de gênero [...]”, outrora tidos como controversos, “[...] agora se acomodam diretamente no *mainstreaming* social [...] e são amplamente apoiados hoje” (FRASER, 2009, p. 17). E cita o assédio sexual (no espaço público e no trabalho) e o tráfico de seres humanos, além do fosso (*gap*) salarial entre homens e mulheres e da sub-representação política, como um dos mais representativos exemplos de incorporação de práticas feministas que resultam em políticas públicas de maior conscientização e, quando possível, de erradicação. Em nível internacional, podemos citar o Lobby Europeu de Mulheres.

O argumento tecido por Fraser no rescaldo da contribuição do pensamento feminista para novas concepções de justiça, propõe então que se examinem os feminismos no atual cenário de políticas neoliberais, para além da tendência de instrumentalização dos ideais da segunda onda e, nesta senda, os desafios para uma nova *agenda* de decisões e de ações. Em geral, para Fraser, uma maior aceitação das ideias feministas hoje e, por conseguinte, uma maior inclusão de justiça de gênero na atualidade passam a ser verificadas quando há uma melhor integração “das recentes teorias feministas com o melhor das recentes teorias críticas do capitalismo” (FRASER, 2009, p. 13).

Neste contexto, entretanto, Sylvia Walby sugere que uma das mais bem sucedidas formas de integração das perspectivas e das promessas emancipatórias feministas, num contexto de políticas neoliberais como o que se verifica hoje, tem sido o *gender mainstreaming*. Este termo, que já adquiriu um lugar de destaque no diálogo entre os

mais diversos campos epistemológicos e está longe de esgotar importantes reflexões, consiste na reorganização, no desenvolvimento e na avaliação dos processos de tomada de decisão de forma que a perspectiva da igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas, em todos os níveis e em todas as fases, pelos atores geralmente implicados na decisão política (FERREIRA, 2004).

Para Walby, esta possibilidade de engajamento e de vinculação dos feminismos junto às instâncias governamentais, “with the mainstream institutions of power” (2011, p. 09) é válida e tem sido frequentemente incorporada pelas economias neoliberais, mas que se difere, entretanto, da ressignificação dos feminismos incorporada pelo neoliberalismo enquanto tática astuta no seu processo de reconfiguração. O que Walby qualifica como “gender mainstreaming”, na verdade, tem-se revelado um expressivo salto qualitativo para os feminismos. É então que se verifica que as mudanças culturais impulsionadas por estes movimentos emancipatórios há algumas décadas permitiram também uma transformação estrutural da sociedade e, muito embora algumas ações concretas deste sistema contrariem as visões feministas de uma sociedade igualitária, a *agenda* governamental tem nos projetos feministas contemporâneos um meio de intervenção mais eficaz na sociedade civil, “beyond protest, to engagement with and potential deployment of power” (WALBY, 2011, p. 09).¹²

Ainda que o *gender mainstreaming* seja reconhecido em termos contundentes e que enfrente forte oposição por parte de muitas ativistas, importa referir que o projeto “feminista”, quando integrado nas configurações de poder institucional, assume particular relevância, pois, antes de mais, torna ainda mais visível a perspectiva da igualdade de gênero junto à opinião pública, possibilitando, assim, para além da desmistificação das ações feministas, o desenvolvimento e a implementação de estratégias nos mais diversos segmentos sociais. Sobre esta questão, importa ainda referir que Walby não deixa de frisar que a integração do gênero nas configurações institucionais do poder se dá a partir de duas frentes, permitindo, assim, possíveis reestruturações, renovações e readequações dos feminismos nos dias de hoje: 1) enquanto prática, o *gender mainstreaming* se revela “a process to promote gender equality” (2011, p. 80); e 2) enquanto teoria, assume uma revisitação de uma série de teorias fundamentais, como a sociologia, que até então não contemplavam os feminismos e, assim, promovendo novas perspectivas de reflexão e de debate (EL YAMANI, 1998).

Aplicando estas características à prática do *gender mainstreaming*, temos então, de acordo com WALBY (2011, p. 10), ações múltiplas e diversas em diferentes segmentos da sociedade:

It includes governmental programmes rooted in different ministries and departments, for example programs for economic growth, crime reduction and health promotion [...] for sustainable relations with the environment, so as not to overheat the planet. At the points of overlap there are opportunities for the inclusion and promotion of feminist goals within the mainstream agenda.

À semelhança de um dos eixos argumentativos que tem sido defendido aqui neste trabalho, de que os feminismos nos dias de hoje deparam-se com desafios das mais diferentes estirpes, a verdade é que a luta feminista segue-se enquanto um mecanismo multifacetado de consolidação dos ideias de igualdade de gênero, que tem na promoção dos interesses das mulheres o seu principal engajamento. Os desafios revestem-se de diferente formas, seja pela recorrente ofensiva ideológica e pela possibilidade concreta de descaracterização ou de enfraquecimento de sua base a partir de limitações tradicionalmente impostas pelo regime do patriarcado – tanto por parte dos vieses instrumentalizadores do *gender mainstreaming* como do próprio capitalismo neoliberal –, seja pela remanescente estigmatização do seu termo, vinculado a muitas conotações de cariz patriarcal, como “separatism, extremism, men-avoiding lesbianism” (WALBY, 2011, p. 03).

Aplicando tais conceitos à análise que aqui tem sido feita sobre a importância dos (novos) feminismos na releitura do processo histórico nas últimas décadas, criamos possibilidades concretas de ampliar o debate na esfera midiática e as suas implicações, como a necessidade das mulheres se apropriarem de um discurso contracultural próprio e de participarem, quantitativa e qualitativamente, do processo de produção noticiosa – onde elas sejam mais o sujeito do que o objeto da informação mediática (EL YAMANI, 1998) –, bem como para o reconhecimento, pelo domínio da comunicação social, da inclusão dos feminismos na *agenda*, deixando de parte os estereótipos e as resistências que ainda enfraquecem o potencial emancipatório de toda uma sociedade.

Partindo destes pressupostos, e assumindo uma posição feminista e crítica de análise, penso que ao se contemplar os feminismos também na reflexão em torno da atividade jornalística permitimo-nos trazer à tona a realidade de opressão que ainda configura o cotidiano dos sujeitos que compõem o quadro de minoridade. Ao incluir os feminismos no debate cotidiano da *praxis* jornalística permitimo-nos à uma releitura da

realidade a partir da perspectiva de opressão, de luta, do desejo de inovação, da circulação de ideias e de questionamentos, justamente porque o ideal feminista detecta as desigualdades de gênero tão invisibilizadas pela grande imprensa, que trabalha, por via de regra, pelo favorecimento do mercado.

Penso que enquanto houver a perturbadora realidade de injustiças e de iniquidades de gênero a fundamentar/consolidar todo um sistema social, político e econômico, os feminismos terão consagrada a sua legitimação. Uma das minhas hipóteses, neste contexto de constante transformação estrutural de toda uma sociedade, é a de que os feminismos, a carregar consigo a promessa emancipatória dos grupos ditos “minoritários”, numa busca ininterrupta de promoção da inclusão e da igualdade social, assumem-se enquanto uma voz fraturante a um sistema economicista, de fortes bases androcêntricas, que visa fortalecer as vias contrárias dos movimentos de contestação social. O efeito matricial, portanto, é a (re)produção massiva de uma linguagem de oposição aos ideais contestatórios, tendo na hostilização dos feminismos, com fortes conotações depreciativas, o seu viés de atuação.

Referências

- ABREU, Marta et al. *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- ARÚS, Marta et al. *El Sexo de la Noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Icaria, 2000.
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias. Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: CES, n. 90, 2010.
- BORDO, Susan. *Unbearable Weight. Feminism, western culture and the body*. Berkley & Los Angeles: University of California Press, 1993.
- BOULD, Sally; CASACA, Sara Falcão. Gênero, idade e mercado de trabalho. In *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos vetores de (des)igualdade*. Casaca, Sara Falcão (Org.). Lisboa: Almedina, 2012.
- BRANCO, Sofia. *Cicatrices de Mulher*. Lisboa: Público, 2006.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1999.
- CARVALHO, Carolina et al. Feminismo – conceito polémico. Perspectiva histórica. In: _____. *Um Olhar sobre os Feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*, Porto: Ed. UMR, 2003. p. 31-45.
- CASACA, Sara Falcão. *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa: Almedina, 2012.
- CAPINHA, Graça. A poesia e nós. *Os Poetas e o Social. Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: CES, n. 47, 1997.
- CARMO, Isabel; AMÂNCIO, Lígia. *Vozes Insubmissas: A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

- EL YAMANI, Myriame. *Médias et Féminismes: Minoritaires sans paroles*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- FALUDI, Susan. *Backlash: The Underclared War Against Women*. New York: Three Rivers Press, 1993.
- FERREIRA, Virgínia. Employment and Austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In: KARAMESSINI, Maria; RUBERY, Jill (Org.). *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. New York: Routledge, 2014. p. 207-227
- _____. *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.
- FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. *Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais*. Mediações Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- GALLEGO, Juana. Produção informativa e transmissão de estereótipos de género. In: _____. *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- GILL, Rosalind. *Gender and Media*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- HOOKS, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. London: Pluto Press (2000).
- JOAQUIM, Teresa. Feminismos, Estudos sobre as Mulheres ou ‘Para onde vai este Barco?’. In: _____. *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, p. 203-216, 2007.
- KARAMESSINI, Maria; RUBERY, Jill. *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. London: Routledge, 2014.
- LEMIEUX, Cyril. *Mauvaise Presse: Une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris: Éditions Métailié, 2000.
- MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Org.). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- MAGALHÃES, Sara Isabel Almeida. *Como ser uma Ragazza: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*. Tese (doutorado em Psicologia da Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2011.
- MARTINGO, Carla. *O Corte dos Genitais Femininos em Portugal: O caso das Guineenses – Estudo Exploratório – [Teses; 22]*. Lisboa: ACIDI, 2007.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding the Media*. London: Routledge, 2001.
- MCROBBIE, Angela. Beyond post-feminism. *Public Policy Research*, p. 179-184, 2011.
- MUÑOZ, Lina Gálves; MADROÑO, Paula Rodríguez. La desigualdade de género en las crisis económicas. *Investigaciones Feministas*, v. 2, p. 113-132, 2011.
- PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e os outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais: Estudos Feministas e Cidadania Plena*, Coimbra, n. 89, p. 29-40, 2010.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes. As Novas Cartas Portuguesas. In: AMÂNCIO, Lígia et al. *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, p. 441-445, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques; COMOLLI, J.-L.; L'inoubliable. In: _____. *Arrêt sur Histoire*, Paris, ed. Centre G. Pompidou, 1997.
- SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1999.
- SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária*. Lisboa, Faces de Eva, n. 6, U. Nova de Lisboa/Ed. Colibri, p. 65-84, (2001).
- _____. Representadas e Representantes: as mulheres e os media. *Revista Media & Jornalismo*, Lisboa, n. 5, 2011.

- SPIVAK, Gayatri. *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. London: Routledge, 1987.
- TAVARES, Manuela. *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto, 2010.
- TUCHMAN, Gaye. Media, Género, Nichos. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 15, p. 15-24, 2009.
- VAN ZOONEN, Elisabeth A. *Feminist Media Studies*. London: Sage Publications, 2000.
- VENTURA, Isabel. *As Primeiras Mulheres Repórteres*. Portugal nos anos 60 e 70. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- WALBY, Sylvia. Gender and the Financial Crisis, Paper for UNESCO Project on “Gender and financial crisis”. Disponível em: http://www.lancs.ac.uk/fass/doc_library/sociology/Gender_and_financial_crisis_Sylvia_Walby.pdf. 2009.
- _____. *The Future of Feminism*. Cambridge: Polity, 2011.

Notas

¹ Por esta via da recusa da conformidade, temos em Marjorie Perloff (1991), Nicole Brossard (2003) e no trabalho conjunto de Charles Bernstein (1997) e Bruce Andrews na teoria L=A=N=G=U=A=G=E novas inflexões sobre a necessidade de despragmatização da linguagem a partir de dentro do poético.

² In *Um Novo Olhar sobre as Relações de Género: Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*.

³ José Manuel Pureza, no *Dicionário das Crises e das Alternativas* (2012), refere-se à *troika* como o “rosto institucional” da crise económico-financeira da Zona Euro. Formada pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia, este comitê assume, ainda de acordo com Pureza, como “o veículo da aplicação na Europa das receitas neoliberais ensaiadas anteriormente na América Latina e em África” (2012, p. 208), sobretudo por meio de um tripé fundamental: flexibilização (do mercado e da legislação laboral), privatização e austeridade recessiva.

⁴ Tal realidade se concretiza mesmo em momentos diferentes da história, ora com o progresso oriundo da industrialização – tendo transformado toda a estrutura produtiva circunscrita em séculos de mercantilismo e atividade rural e contribuindo, em grande medida, para o processo de urbanização –, ora com a mais recente crise económica em muitas sociedade ocidentais – considerando, claro, os diferentes países e os diferentes contextos culturais.

⁵ De acordo com dados do fundo das Nações Unidas para as crianças (UNICEF), publicados em julho de 2014, mais de 130 milhões de mulheres e meninas sofreram mutilações genitais em 29 países do Oriente Médio e África, onde a prática é comum.

⁶ No estudo acima referido, a UNICEF revela que, 950 milhões de mulheres casaram-se ou foram forçadas a fazê-lo antes dos 15 anos de idade.

⁷ Os fenômenos acima elencados trazem aqui outras implicações de cunho político-econômico, como o domínio patriarcal remanescente em muitas comunidades, como a muçulmana, já referida, as quais reforçam as atividades ontologicamente naturalizadas da diferença de gênero e impede a desconstrução de papéis essencializados, como os circunscritos à casa.

⁸ No artigo acima referido, Nancy Fraser explica o conceito “capitalismo organizado pelo Estado” a partir do conceito do uso do poder político para regular (ou substituir) os mercados econômicos.

⁹ N.T. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. In “Os Feminismos, os Capitalismos e a Astúcia da História” (2009).

¹⁰ Ambivalente, pois, por um lado, os sujeitos são tidos como agentes decisivos na poupança familiar; por outro, a exclusão destes sujeitos, sobretudo as mulheres, dos direitos fundamentais, particularmente ao nível laboral.

¹¹ Sobre esta questão, Fraser cita a efervescência político-econômica do Maio de 68 e dos movimentos contraculturais da Nova Esquerda que dirigiram fortes críticas ao que a autora chamou de “conformismo cinzento da cultura corporativa”, uma das mais expressivas ações do capitalismo organizado de então.

¹² Porém, nem sempre de afinidades se dá uma “relação” de conveniência como esta. Sylvia Walby e Nancy Fraser são consensuais ao apontarem para algumas inevitáveis tensões geradas entre o *modus operandi* de cada uma delas. Por um lado, Fraser (2009) é taxativa ao apontar para uma possível instrumentalização e subordinação dos feminismos à *agenda* neoliberal, onde se verifica, principalmente,

uma incorporação dos valores dos movimentos sob os moldes restritivos, economicistas e androcêntricos do capitalismo organizado pelo Estado. Por outro, Walby questiona a possibilidade de nesta tensão entre o feminismo e o *mainstreaming* – esta nova forma de estratégia feminista de grande potencial, como qualifica a autora –, a componente feminista se enfraquecer, dispersar ou, até mesmo, desaparecer. Não rejeitando, ainda, a possibilidade de instrumentalização, como apontou Fraser.

Artigo recebido em: 31/08/2014. Aprovado em: 15/10/2014.